

REALIZAÇÕES CAODH

2021-2023





EQUIPE CAODH:

Ana Cláudia Bastos de Pinho

Promotora de Justiça

Coordenadora do CAODH

Bethânia Maria da Costa Corrêa

Promotora de Justiça

PJ Auxiliar do CAODH

Eliane Cristina Pinto Moreira

Promotora de Justiça

PJ Auxiliar do CAODH

Carla Forte Cavalcante

Assessora

Ana das Graças Sfair Alvares

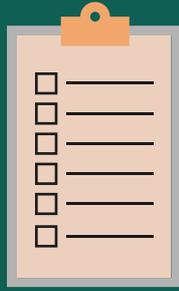
Apoio Administrativo

Amanda Blanco Chaves

Estagiária

Marcus Vinicius Cruz de Miranda

Estagiário



SUMÁRIO:

1 Apresentação.....	07
2. Pauta Étnico-Racial	05
3. Pauta LGBTI+	11
4. Pauta População em Situação de Rua..	18
5. Pauta Imigrantes e Refugiados.....	20
6. Pauta Diversidade Cultural e Religiosa.....	26
7. Pauta Pessoas Idosas e com Deficiência.....	28
8. Pauta Agrária, Fundiária e Deslocamentos Compulsórios.....	32

9. Pauta Desigualdade de Gênero.....	37
10. Expresso DH.....	39
11. Programa "MP e a Comunidade".....	44



NÚCLEOS VINCULADOS AO CAODH:

Núcleo de Proteção à Mulher: Coordenado pela Promotora de Justiça Vyllya Sereni. Possui a importante missão de organizar e viabilizar o acesso a banco de dados referentes à legislação, serviços, entidades e outras áreas atinentes à violência contra a mulher.

Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias (NAF): Coordenado pela Promotora de Justiça Ione Nakamura. Funciona como espaço institucional permanente de debate, enfrentamento e auxílio aos promotores agrários e demais membros do MPPA, no tratamento dos conflitos pela posse e uso de terras no Estado do Pará.

Núcleo de Defesa das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (NIDE): Coordenado pela Promotora de Justiça Tatiana Granhen. Possui a importante missão de disponibilizar debates dentro do MPPA sobre acessibilidade destes grupos, bem como de implementar medidas que assegurem esse direito dentro da Instituição.

Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NIERAC): Atualmente coordenado pela Promotora de Justiça Lilian Braga. Busca promover a igualdade étnico-racial tendo como base as políticas e legislações internacionais, nacionais e regionais que tratem do tema, e oferece apoio ao receber e encaminhar demandas aos órgãos de Execução.

A agenda relativa aos Direitos Humanos, com toda a complexidade que lhe subjaz, toca, diretamente, a missão constitucional do Ministério Público, sua verdadeira razão de existir, traçada, claramente, no art. 127 da CRFB/1988, e que diz com a defesa intransigente do regime democrático e, por conta disso, dos direitos fundamentais (sejam os de índole liberal/individual, sejam os de cariz social). Isso implica dizer que deve o Ministério Público, cada vez mais, assumir seu papel de verdadeira instituição de garantias, buscando tutelar os direitos básicos de todas as pessoas, sobretudo as que são, histórica e socialmente, vulnerabilizadas.

Ana Cláudia Pinho

1. APRESENTAÇÃO:

No momento em que encerra a primeira gestão do Procurador Geral de Justiça do MPPA, Dr. César Bechara Mattar Jr., recentemente reconduzido ao cargo, cuja sessão solene de posse ocorrerá no próximo dia 13 de abril de 2023, o CAODH, instituído por meio da Resolução 004/2021-CPJ, vem apresentar uma síntese de suas ações.

É indiscutível o avanço que a criação do CAODH representa no cenário institucional do MPPA, não somente no que diz respeito ao cumprimento de sua missão constitucional, como agente transformador da realidade, por meio da tutela intransigente dos direitos fundamentais, mas também no contexto estadual, já que a aproximação com os movimentos sociais vem em resposta aos reclamos, que já se faziam sentir desde há muito, de grupos histórica e socialmente vulnerabilizados em nosso Estado, como é o caso, por exemplo, da população negra, dos povos tradicionais e da comunidade LGBTI+.

No plano do Direito Internacional dos Direitos Humanos, importantes passos já foram dados, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, passando pela criação do Sistema Interamericano de proteção (Corte e Comissão Interamericana de Direitos Humanos), pela publicação do Pacto dos Direitos Civis e Políticos.

e do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos 1966. Por fim, outro documento que merece destaque é a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1969.

Porém, apesar da sedimentação das normativas internacionais, bem como da Constituição da República de 1998, infelizmente o Estado do Pará registra índices elevados no que concerne a violações a direitos humanos, sobretudo no contexto do campo, envolvendo conflitos que expõem a constante riscos e efetivas lesões os povos originários e tradicionais da Amazônia: indígenas das mais variadas etnias e quilombolas.

Mas, não apenas isso. No contexto urbano, também verificamos déficits significativos de tutela a direitos fundamentais. Essa falha de garantias vai desde o pífio combate ao racismo estrutural que grassa na sociedade brasileira – como mancha indelével da escravidão – até a prática de xenofobia em relação aos indígenas venezuelanos da etnia Warao que, nos últimos anos, em virtude da saída compulsória de seus territórios, migraram para o Brasil (hoje, no Estado do Pará, existem cerca de 1300 indígenas Warao, dos quais 750 concentrados na região metropolitana de Belém).

Destaca-se, ainda, a constante violação de direitos humanos das mulheres (marca do machismo estrutural e do patriarcado, que caracterizam a sociedade brasileira), bem como a gravíssima situação de hipervulnerabilidade das pessoas em situação de rua (desatendidas em seus direitos mais básicos), a temática delicada relativa às demandas específicas das pessoas idosas e com deficiência, e outras agendas igualmente relevantes que estão no campo de atuação do CAODH.

O caminho, como se vê, é longo. Porém, o Ministério Público do Estado do Pará começou a dar importantes passos em direção a esse processo de sedimentação de uma cultura de direitos humanos (interna e externamente). O processo é contínuo e precisa ser, diariamente, alimentado. Afinal, os direitos humanos urgem!

Há muitos que esperam o atendimento de suas necessidades mais basilares e o Ministério Público não pode se furtar a agir com presteza. A história nos trouxe até aqui. E, daqui, seguiremos nossa missão constitucional. Em anexo, seguem as principais ações do CAODH e seus núcleos, durante esse período de gestão.

Direitos humanos iMPortam!

ANA CLÁUDIA PINHO

*Promotora de Justiça
Coordenadora do CAODH*

BETHÂNIA CORRÊA

*Promotora de Justiça
PJ Auxiliar do CAODH*

ELIANE MOREIRA

*Promotora de Justiça
PJ Auxiliar do CAODH*



2. PAUTA ÉTNICO-RACIAL:

Essa é, sem dúvida alguma, pauta prioritária para o Ministério Público, em geral, e para o CAODH, em especial. O racismo estrutural que forjou a sociedade brasileira, a partir da chaga da escravidão, tem deixado marcas cruéis, cuja superação impõe grandes desafios a todos que trabalham com direitos humanos.

Ao lado das demandas do movimento negro, há também aquelas que dizem respeito a nossos povos indígenas, que ocupam boa parte do território paraense e integram a nossa ancestralidade.

Em relação a essa importante agenda, podemos destacar:

- instalação, em Santarém/PA, do NIERAC (Núcleo de promoção da igualdade étnico-racial), coordenado pela Promotora de Justiça Lilian Braga e vinculado ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.



- Realização de roda de conversa sobre racismo e necropolítica



- Realização, em parceria com o NIERAC e CEAF, do seminário sobre segurança pública e populações negras no Pará



- Promoção do evento "Ministério Público: compromisso com a dignidade da população negra e indígena e acesso à justiça", em parceria com o CEAF, no município de Santarém



- Presença do NIERAC, em conjunto com integrantes do GEDHA (Grupo de Estudos e Desenvolvimento Humano na Amazônia), na visita a comunidades quilombolas de São Sebastião de Burajuba, Sítio Conceição, Sítio Cupuaçu/Boa Vista, Sítio São João e Gibrié de São Lourenço, no município de Barcarena.



- Realização de seminário sobre o papel das políticas afirmativas do Estado Democrático de Direito



- Articulação com os movimentos negros, por meio de roda de conversa, sobre compromisso com políticas antirracistas



- O lançamento da Agenda Antirracista com exibição de websérie "Pretas"



- Reuniões de articulação com os movimentos negros e indígenas



- Reunião do GT Étnico-Racial



- Promoção, em parceria com o CEAJ, da quarta etapa do Seminário “Violência, Território e Direitos Humanos no sudeste paraense”, cujo tema foi “Os Direitos Humanos e quatro décadas da escravidão no Pará”.



- Elaboração de Nota Técnica sobre a atribuição do MPE para atuar em temas que envolvam questões indígenas

Nota Técnica nº 01/2022 CAODH e NIERAC

Assunto: atribuição do Ministério Público Estadual para atuar em temas que envolvam questões indígenas.

Direitos Humanos iMPortam!

MPPA
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ



- Participação em Sessão Especial na Câmara Municipal de Belém, que teve por objetivo discutir o racismo na capital, em homenagem ao CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará).





3. PAUTA LGBTI+:

O Brasil, como se sabe, ocupa uma posição nada invejável no ranking dos países em que mais ocorrem violências de todo tipo a pessoas LGBTI+. A discriminação e o preconceito são causas da prática de crimes (desde os delitos contra a vida até os contra honra e à dignidade sexual), além de funcionarem como barreiras a que esse grupo vulnerabilizado tenha acesso digno a serviços públicos e a demais direitos básicos.

Sensível a essa importante demanda, destacamos:

- Realização, em parceria com a Promotoria de Justiça de Breves e o CEAF, no auditório do CEDEP - Breves/PA, do evento “Políticas Públicas voltadas à população LGBTQIA+”, que contou com a presença do Procurador-Geral de Justiça, da Corregedoria-Geral do MP, autoridades locais e vários representantes e lideranças do movimento LGBTI do Estado do Pará.



- Confecção da 3a (2021) e da 4a (2022) edições da cartilha “EM DEFESA DA DIVERSIDADE”, trazendo as alterações e atualizações necessárias em relação aos direitos da população LGBTI+

MPPA
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

EM DEFESA DA DIVERSIDADE



EM DEFESA DA DIVERSIDADE

POPULAÇÃO LGBTI+:
CONCEITOS, DIREITOS E CONQUISTAS

- Reunião para debater a atualização da Cartilha "Em defesa da diversidade", com representações importantes dos movimentos sociais, bem como do poder público e sociedade civil



- Organização, em parceria com a Polícia Civil, do evento "Diálogos pela diversidade", que ocorreu no auditório da Delegacia Geral de Polícia Civil, em alusão ao dia internacional contra a homofobia, a transfobia e a bifobia.



- Elaboração das Notas Técnicas nº 02 e 03

Nota Técnica nº 02/2022 CAODH

Assunto: retificação de prenome e gênero de pessoa trans não-binária

Direitos Humanos iMPortam!



Nota Técnica nº 03/2022 CAODH

Assunto: A ADO número 26 e a “criminalização” da LGBTfobia

Direitos Humanos iMPortam!



- Reunião entre o CAODH e o TJE, para articular a realização de casamento comunitário para população LGBTI+



- Reunião para discutir ações anti-LGBTIfóbicas



- Reunião com a Promotora de Justiça de Execução Penal de Marabá, Daniella Dias, para articular ações de promoção de garantias às pessoas LGBTQIA+ no sistema prisional



- Participação na IV Conferência de Políticas Públicas e Direitos Humanos da População LGBTI+



- Participação na "Ação Cidadã voltada à comunidade LGBTI", em alusão ao Dia Internacional contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia. O evento foi organizado pelo MPPA em parceria com outros órgãos do Poder Público e movimentos sociais.



Realização:

- Promoção do 1º Casamento Comunitário Homoafetivo no Fórum Cível da capital. O evento foi realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado, através do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, Ministério Público do Estado, por meio do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos, e da Prefeitura de Belém, por meio da Comissão de Diversidade Sexual.



- Elaboração de minuta para reserva de vagas de estágio para pessoas trans no MPPA. Em outubro de 2022, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos encaminhou ofício ao Procurador Geral de Justiça solicitando a implementação de reserva de vagas para pessoas LGBTI+ no programa de estágio da Instituição.

Altera a Resolução nº 031/2013-CPJ, de 5 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão de estágio não obrigatório no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, para estabelecer cotas para o ingresso de pessoas transexuais na seleção de estágio.



4. PAUTA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:

É também área de atuação do CAODH a tutela dos direitos da população em situação de rua, grupo considerado hipervulnerável, e que manifesta problemas relativos às mais diversas demandas, desde a regularização documental, ao acesso digno a serviços públicos e a demais direitos básicos. Ademais, essa população hipervulnerabilizada está sujeita a todo o tipo de violência e riscos.

Na promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade, cujo titular é o PJ Firmino Mattos, tramita procedimento administrativo que objetiva acompanhar a política pública municipal de atendimento da população que utiliza a rua como espaço de moradia. Em parceria com a referida Pj, o CAODH realizou reunião com técnicos da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA) e representantes do Centro Pop, cujos principais encaminhamentos foram: i) Realização de uma pesquisa legislativa acerca da validade da certidão de nascimento digital para a emissão de documentos de identificação; ii) e a realização de uma reunião com a Defensoria Pública e Polícia Civil para que sejam reunidas forças para a eliminação de entraves para a emissão de documentos de identificação.



- Reunião com o coordenador do Movimento Nacional de Luta da Pessoa em Situação de Rua para discutir a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o efetivo funcionamento do Comitê Gestor Intersectorial



- Participação na audiência pública sobre as políticas para atendimento de pessoas em situação de rua, realizada pelo MPPA, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade de Belém



- Participação em ação interinstitucional voltada à população em situação de rua. Na Praça da Bandeira, ocorreu a ação "A Rua Tem Direitos", uma parceria entre o MPPA, por meio do CAODH, a Defensoria Pública, com o Núcleo de Proteção dos Direitos Humanos e a Prefeitura de Belém, com participação da Casa Rua e SESMA.





5. PAUTA IMIGRANTES E REFUGIADOS:

Uma das matérias de atuação específica do CAODH é o atendimento humanitário aos imigrantes e refugiados, tema extremamente caro à agenda de direitos humanos.

No Estado do Pará, sobretudo nos últimos anos, aumentou consideravelmente o número de refugiados venezuelanos indígenas da etnia Warao que, ingressando no Brasil pela fronteira da Venezuela com Roraima (Pacaraima), acabaram se deslocando para outros rincões da região Norte do país. Atualmente, existem, aproximadamente, 1.117 indígenas Warao vivendo no Estado do Pará, dos quais 676 concentrados na região metropolitana de Belém.

Em relação a essa importante demanda destacamos:

- Parceria com o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). A partir dessa parceria, várias ações foram realizadas em 2021 e 2022, exatamente com o objetivo primordial de sensibilizar a sociedade local, bem como o Poder Público, para a necessidade do tratamento humanitário a esse grupo vulnerabilizado. Essa parceria, também incluindo o MPT, foi formalizada por meio de memorando de entendimento, assinado pelo PGJ no dia 13/06/22.



- Reunião para articular evento de empregabilidade para refugiados e imigrantes.



- Realização, em parceria com o ACNUR e IEB, do fórum sobre empregabilidade para refugiados e imigrantes



- Reunião, com Promotores e Promotoras de Justiça, para debater a situação dos indígenas Warao no Pará



- Realização, em parceria com o ACNUR, e com os Shoppings Boulevard e Castanheira, da exposição fotográfica “Atravessando fronteiras e descobrindo imagens: a importância da integração de pessoas refugiadas”. com foco na integração local e empregabilidade de pessoas refugiadas.



- Participação de reunião na Alepa para tratar sobre os indígenas venezuelanos da etnia Warao



- Participação em oficina sobre Proteção e Assistência de Pessoas Refugiadas



- Promoção, em parceria com o CEAF e ACNUR, de oficina sobre atendimento humanitário a refugiados, voltada, principalmente, aos membros e servidores do MPPA.



- Participação na articulação pela aprovação do projeto de Lei para a população migrante, refugiada e apátrida na Alepa. O Projeto foi aprovado, por unanimidade dos Deputados, em sessão do dia 21/06/2022 na Assembleia Legislativa do Estado



- Lançamento de publicação sobre os direitos de pessoas indígenas refugiadas e imigrantes, em parceria com o ACNUR.



O Ministério Público Estadual
e os direitos de pessoas
indígenas refugiadas
e imigrantes

LANÇAMENTO
DA PUBLICAÇÃO

**Ministério
Público
Estadual**
e os direitos
de pessoas
indígenas
refugiadas
e imigrantes

20/09 | 9H |  Centro de Estudos e
Aperfeiçoamento Funcional do
Ministério Público do Pará

Realização  **UNHCR
ACNUR**
Agência da ONU para Refugiados  **MPPA**
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ



6. PAUTA DIVERSIDADE CULTURAL E RELIGIOSA:

A liberdade e livre exercício de crença são garantias constitucionais taxativamente previstas na carta política. Por esse motivo, uma das matérias de atuação específica do CAODH é a tutela da diversidade cultural e religiosa, frente ao crescente número de casos de intolerância religiosa no Brasil, sobretudo às religiões de matriz africana.

Em relação a essa importante demanda destacamos:

- Participação em audiência pública para elaboração de políticas municipais para povos de terreiro.



- Participação na elaboração da política estadual dos povos tradicionais de matriz africana, relativa à promoção da igualdade racial e tolerância religiosa



- Participação no I Encontro Metropolitano de Povos Tradicionais de Matriz Africana do Pará



- Reunião com representantes para discutir estratégias de combate ao racismo religioso



- Participação em mesa sobre desafios dos povos tradicionais de matriz africana. O evento foi promovido pelo MPF no Pará, com o objetivo de elaborar uma agenda conjunta para o enfrentamento do racismo religioso no estado, marcando a abertura da 2ª Reunião do Colégio de Procuradores da República do Pará.





7. PAUTA PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIÊNCIA:



Outro tema sensível à matéria dos Direitos Humanos é, sem sombra de dúvidas, a pauta relativa às pessoas idosas e pessoas com deficiência. As demandas desse público especializado atravessam diversas áreas, dentre as quais se destaca a necessidade de ampliação da acessibilidade.

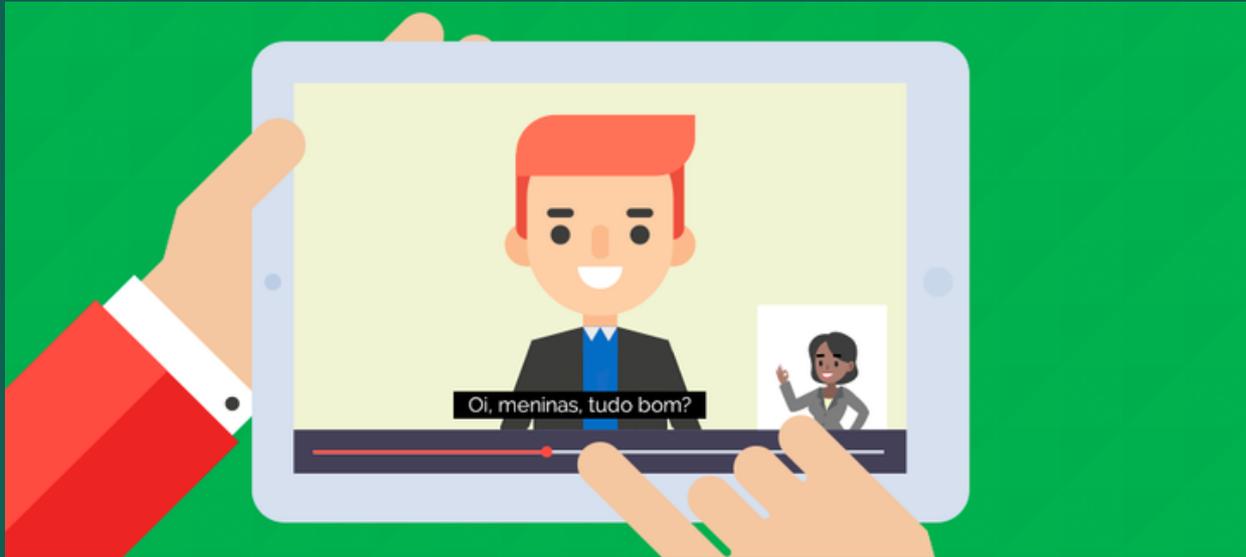
Vinculado ao CAODH está o Núcleo de Defesa às Pessoas Idosas e com Deficiência (NIDE), atualmente coordenado pela Promotora de Justiça Tatiana Granhen, bem como o seu respectivo GT.

Dentre as ações desenvolvidas nessa temática, podemos destacar:

- Reativação do Núcleo de Defesa das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (NIDE), coordenado pela Promotora de Justiça Tatiana Ferreira Granhen, vinculado ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos



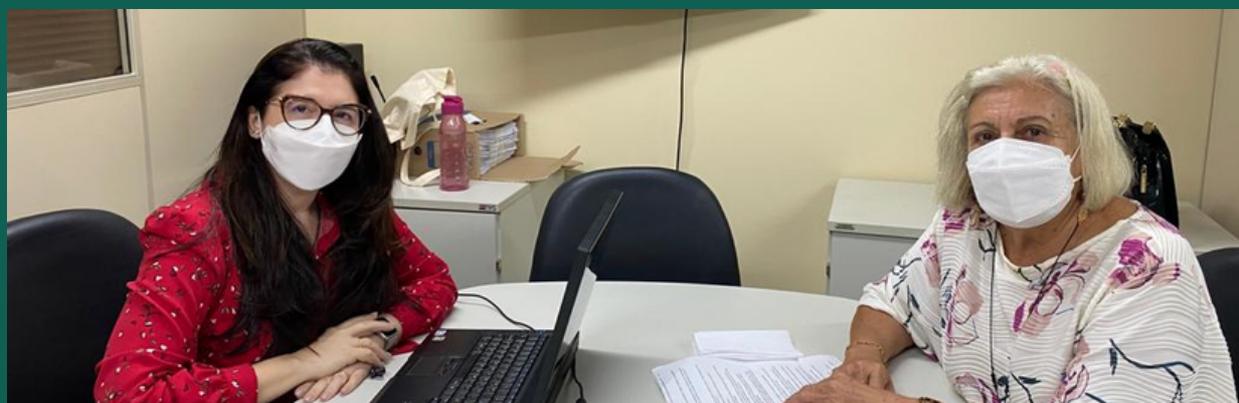
- Articulação na inclusão de legendas nas transmissões ao vivo, em eventos do CEAf, a fim de garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva



- Visita ao Instituto José Álvares de Azevedo – UEES, a fim de conhecer as tecnologias existentes para pessoas com deficiência visual



- Reunião com a Coordenação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Universidade Estadual do Pará - UEPA



- Reunião com representantes da Associação Paraense das Pessoas com Deficiência (APPD), a fim de garantir maior aproximação desse grupo com o MPPA



- Participação na posse da Comissão de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo da OAB-Pa



- Realização, em conjunto com a Comissão Permanente Multidisciplinar de Acessibilidade do MPPA e CEAF, do Seminário “Dia Mundial da Conscientização sobre a Acessibilidade: eliminando barreiras para aproximar pessoas”



- Participação no “I Seminário em Alusão ao Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): Entre Conquistas e Desafios”





8. PAUTA AGRÁRIA, FUNDIÁRIA E DESLOCAMENTOS COMPULSORIOS:

A Amazônia em geral, e o Estado do Pará, em especial, possuem, em sua história, a marca dos conflitos agrários e, com isso, a constante situação de violência e riscos a seus povos originários e tradicionais.

Por essa razão, é preocupação constante do CAODH, bem como do NAF (Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias), atualmente coordenado pela promotora de Justiça Ione Nakamura, a atuação contínua nessa agenda.

O Ministério Público é protagonista nessa temática de direitos humanos, pois é responsável pela articulação de soluções e autocomposição de conflitos de natureza coletiva agrária e ambiental.

Em relação às ações desenvolvidas nessa temática, destacamos:

- Participação em audiência pública sobre as consequências de empreendimentos no Rio Tocantins



- Reunião sobre atividade mineradora no alto Trombetas



- Reunião com a Comissão de Direitos Humanos da ALEPA para tratar sobre direitos humanos e questões agrárias e ambientais



- Realização de Consulta Pública sobre o Fórum Permanente do MPPA com a Sociedade Civil para Questões Agrárias e Fundiárias

QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO FÓRUM PERMANENTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ COM A SOCIEDADE CIVIL PARA QUESTÕES AGRÁRIAS E FUNDIÁRIAS

O objetivo é tratar sobre o interesse público/coletivo/comum/para as populações tradicionais, assentados e ribeirinhos extrativistas dos municípios que compõem as regiões agrárias.

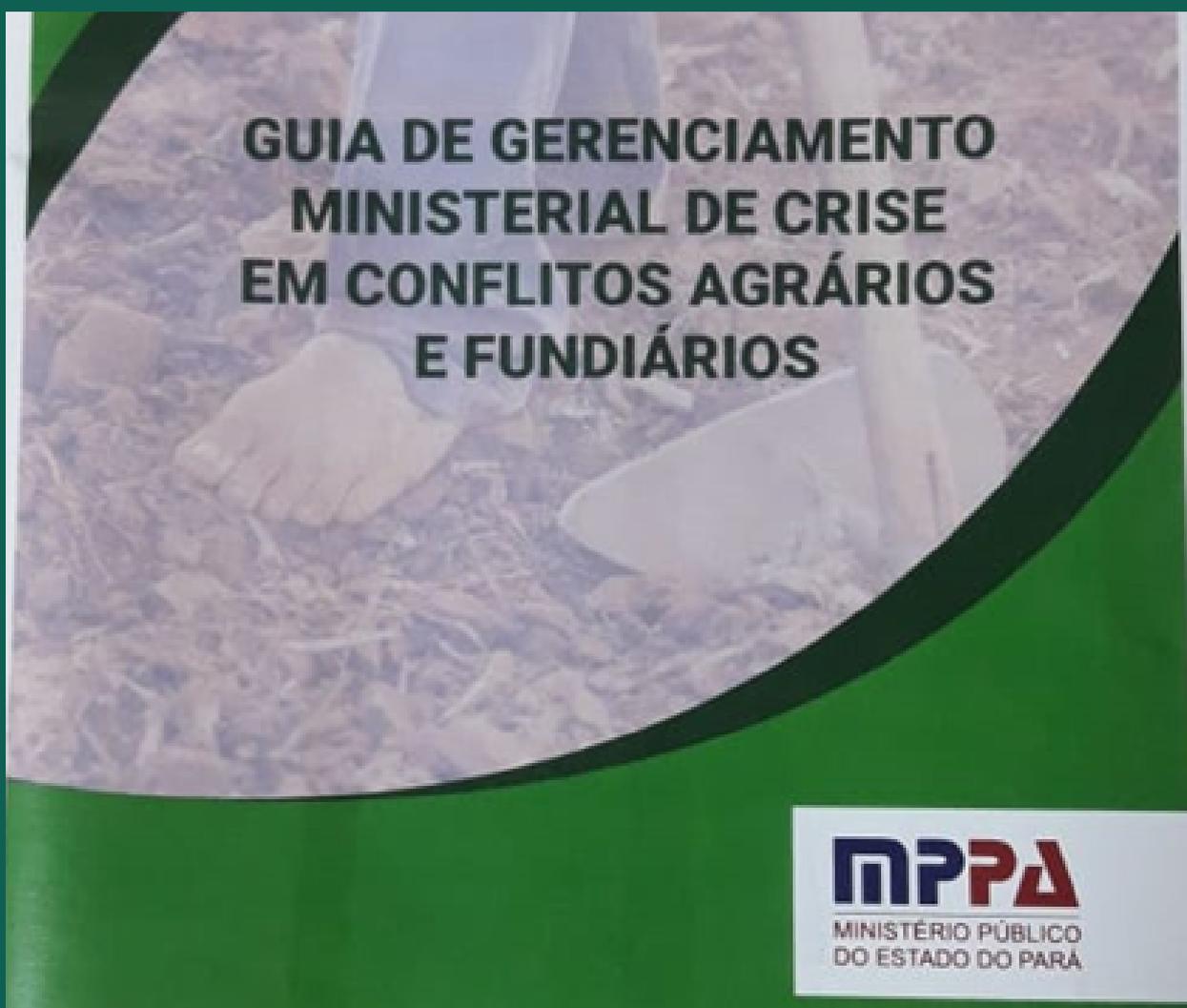
Data para o preenchimento:
04/04/2022 até 06/05/2022

Divulgação do Diagnóstico:
20/05/2022

PASSO A PASSO:



- Produção e Lançamento do Guia de Gerenciamento de Crise em Conflitos Agrários e Fundiários. O projeto foi elaborado pelo Centro de Apoio Operacional, Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias, Técnicas do GATI e GT Agrário.



- Organização de roda de conversa sobre "Racismo e Necropolítica - Fechamento de Escolas do Campo e Experiências Exitosas da Educação Quilombola nos Municípios de Castanhal, Inhangapi e São Miguel do Guamá", pelo Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias e pela Promotoria de Justiça Agrária de Castanhal, em parceria com o CAODH, CAODS, NIERAC, CEAF, SEMED de Castanhal e Professores da Escola Fernando Nunes Rodrigues.

Fechamento das Escolas do Campo e Experiências Exitosas
 da Educação Quilombola Envolvendo os Municípios de
 Castanhal, Inhangapi e São Miguel do Guamá

de junho de 2022, das 8h30 às 17h

Ministrantes
 Aurélio Borges
 Claudia Seabra
 Lilian Regina Furtado Braga
 Salomao Antonio Mufarrej Hage
 Waldir Macieira da Costa Filho
 Maria Luiza de Carvalho Nunes

Inscrições até 12/06
<https://ceaf.mppa.mp.br/app/login>
 70 vagas disponíveis

LOCAL: Auditório do Ministério Público em Castanhal
 (transmissão pelo canal do CEAF no Youtube)

Para membros do MPPA, Secretários Municipais de Educação, Conselho Estadual e
 Municipal de Educação, Gestores Escolares, Rede de Apoio/Proteção à Infância e
 Juventude, Gestores Municipais de Castanhal, Inhangapi e São Miguel do Guamá,
 Movimentos Sociais e Comunidades Quilombolas




- Participação em reunião de apresentação do estudo “Combate à grilagem de terras em cartórios no Pará: Uma década de avanços e desafios”, lançado pela iniciativa Amazônia 2030. O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) esteve representado pelas promotoras de Justiça Agrária, Renata Cardoso e Ione Nakamura, bem como pela coordenadora do Centro Operacional de Direitos Humanos (CAODH), Ana Cláudia Pinho



- Participação em reunião com comunitários de território quilombola para tratar das dos danos causados por empreendimentos. O CAODH foi representado pelo seu Núcleo de de Questões Agrárias e Fundiárias (NAF), coordenado pela PJ Agrária Ione Nakamura.



- Realização de reunião para tratar sobre as possíveis implicações do mercado de carbono e respectivos contratos em relação aos direitos humanos de povos e comunidades tradicionais.





9. PAUTA DE SIGUALDADE DE GÊNERO:

Estruturalmente, os espaços institucionais, públicos e privados, sempre foram marcados pelo machismo. A herança patriarcal gera desigualdade de gênero em todos os âmbitos: profissional, acadêmico, familiar, legal, etc. Dessa forma, o CAODH entende enquanto prioridade a luta em prol da equidade de gênero e atua diretamente nessa agenda por meio do Núcleo de Proteção à Mulher, atualmente coordenado pela Promotora de Justiça Vyllya Sereni.

Em relação a essa importante demanda destacamos:

- Promoção do evento em alusão ao Dia Internacional da Mulher, em parceria com o CEAF

FALAS DE MULHERES
diversidade, desenvolvimento e política

**DIA 09 DE MARÇO, DE 9H ÀS 13H,
NO AUDITÓRIO CEAF/MPPA**

**AGENDA
8M**

- Promoção do 2º Fórum de Mulheres do Baixo Amazonas, em conjunto com o Núcleo Mulher, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), a Associação de Mulheres Trabalhadoras do Município de Oriximiná (AOMTMO), a Associação de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas (AOMTBAM), o Movimento de Mulheres de Terra Santa e a diocese de Óbidos. A ocasião teve como objetivo tratar dos direitos fundamentais das mulheres e as políticas públicas para o desenvolvimento da saúde, economia, assistência social, participação política das mulheres e defesa contra crimes, especialmente feminicídios.



- Promoção do mês de atividades em alusão ao Dia Internacional da Mulher - a AGENDA 8M



- Participação na solenidade de apresentação dos resultados do GT Mulheres Livres, parceria entre a Comissão de Direitos Humanos da ALEPA e Defensoria Pública do Estado do Pará, responsável pelo atendimento jurídico e levantamento do perfil das detentas no sistema penitenciário do Estado



- Realização de roda de conversa para tratar da vulnerabilidade de mulheres em áreas de expansão da atividade mineradora



10. EXPRESSO DH:

Importante registrar que todas as parcerias firmadas entre o CAODH e o CEAf, no que diz respeito à agenda dos direitos humanos, faz parte de um projeto apresentado por ambos os órgãos do MPPA à Procuradoria-Geral de Justiça (e devidamente aprovado), intitulado “EXPRESSO DH”, que atualmente compõe o plano setorial do CAODH. O projeto tem por objetivo central a sedimentação de uma cultura em direitos humanos dentro e fora do MPPA, a partir de ações concretas, que aproximem o MP dos movimentos sociais.



Dentre as ações do EXPRESSO DH, podemos destacar:

- Realização da "I Conferência Internacional do MPPA: a longa história dos direitos humanos", proferida pelo Professor e Doutor Eugênio Raúl Zaffaroni, Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos. A Conferência foi uma realização do CEAf, CAO de Direitos Humanos e Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos PPGD/UFPA, para oficializar o lançamento do Projeto e contextualizar a história dos direitos humanos na Amazônia.



- Promoção, em parceria com o PPGD/UFGA, do Curso de Especialização em Direitos Humanos.



Repensando a História dos Direitos Humanos

Da universalidade abstrata à universalidade concreta

- primeiras declarações de direitos: exclusão de pessoas humanas;
- inclusão por meio de direitos cujos



- Estabelecimento de conexões entre o CAODH e entidades governamentais e não governamentais que atuam o Estado do Pará em direitos humanos.
- Realização de eventos sobre Direitos Human voltados aos membros e servidores do MPPA.
- Implementar uma rotina de ampla divulgação (interna e externa) das pautas do MPPA em Direitos Humanos.
- Orientar o comportamento não discriminatório dentro do MPPA.
- Criação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA). Portaria nº 4477/2021-MP/PGJ, em novembro de 2021.
- Credenciamento do GEDHA na plataforma do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (GDP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
- Lançamento do GEDHA, em 09 de dezembro de 2021.

- Construção do Projeto de Pesquisa "Povos Tradicionais e Direitos Territoriais na Amazônia"
- Construção do Projeto de Pesquisa "Violência contra Vulneráveis e Desenvolvimento Regional no Pará: Mapeando o Problema e Mensurando os Impactos".
- Participação em sessão solene na ALEPA, para a apresentação do relatório da Comissão da Verdade do Estado do Pará.



Organizadores:
Angelina Anjos • Ismael Machado
Marcelo Zelic • Marco Apolo • Carlos Bordalo

COMISSÃO ESTADUAL DA
**VERDADE E
MEMÓRIA**
DO PARÁ



RELATÓRIO PAULO FONTELES FILHO

TOMO I



Em Santarém, o programa "MP e a Comunidade" é executado pelas Promotoras de Justiça Lilian Braga e Silvana Nascimento. O atendimento é feito das 8h às 17h, e tem a parceria da Universidade Federal Oeste do Pará e Unama. São desenvolvidos pelo núcleo os projetos Direito de Filiação e Juventude Cidadã.

- No dia 15 de julho de 2022, no auditório do prédio do MP em Santarém, ocorreu o lançamento do projeto "EM DEFESA DA DIVERSIDADE: PELO DIREITO DE EXISTIR", uma parceria entre o programa "MP e a Comunidade, de Santarém, CAODH e NIERAC. O objetivo do projeto é promover o acesso de pessoas trans às serventias dos cartórios de registro civil, possibilitando a emissão da segunda via de certidão de nascimento com averbação da alteração do prenome e sexo.



- Reunião para tratar do novo formato do programa "MP e a Comunidade". Participaram da reunião a Coordenadora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH), Promotora de Justiça Ana Cláudia Pinho, e o Promotor de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade de Belém, Firmino Araújo de Matos.



MPPA

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

